

INFÂNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

BRANDÃO, I. C. J.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7757-9191>*icjbrandao@gmail.com

Submetido 03/02/2021 - Aceito 11/05/2021

DOI: 10.15628/holos.2021.11951

RESUMO

Nesse artigo, busco refletir sobre alguns aspectos (isolamento social, violência, relação com a escola, perda de trabalho das famílias) das infâncias nesse contexto de pandemia. São reflexões de um estudo que surge em meio a várias inquietações no contexto de pandemia, esse fenômeno que nos desequilibra, provoca alterações nos modos de vida, provoca questões, revisões e muitas interrogações. Como pensar a infância nesse contexto? Como as crianças estão sendo afetadas por todos esses acontecimentos? Todas as crianças são afetadas do

mesmo modo?. As reflexões apresentadas apontam uma diversidade de fatores que envolvem a vida das crianças no atual contexto de pandemia e que demandam cada vez mais a garantia dos direitos conquistados e expressos no Estatuto da Criança e Adolescente, bem como a elaboração de políticas públicas emergenciais sérias, que proporcionem proteção e segurança para as pessoas que estão nos grupos de vulnerabilidade social a curto, médio e longo prazo..

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia, Infâncias, Violência.

CHILDHOOD IN PANDEMIC TIMES

ABSTRACT

In this article, I try to reflect on some aspects (social isolation, violence, relationship with school, loss of work for families) of childhoods in this context of pandemic. They are reflections of a study that arises amid various concerns in the context of a pandemic, this phenomenon that unbalances us, causes changes in ways of life, causes questions, reviews and many questions. How to think about childhood in this context? How are children affected by all these events? Are all children affected in

the same way?. The reflections presented point to a diversity of factors that involve children's lives in the current pandemic context and that increasingly demand the guarantee of the rights conquered and expressed in the Statute of Children and Adolescents, as well as the elaboration of serious emergency public policies, which provide protection and security for people in socially vulnerable groups in the short, medium and long term.

KEYWORDS: Pandemic, Childhood, Violence

1 INTRODUÇÃO

Nesse artigo, busco refletir sobre alguns aspectos (isolamento social, violência, relação com a escola, perda de trabalho das famílias) das infâncias nesse contexto de pandemia. Esse texto surge na construção da Live “Infância e violência em tempos de pandemia”, realizada no dia 25 de setembro do corrente ano, promovida pelo grupo de pesquisa “Culturas, Políticas, Mídia e Cotidiano” (CPMC) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)¹.

Este escrito me leva ao enfrentamento de uma temática que considero delicada e dolorosa e, por isso, faz parte das minhas resistências (“a violência”), que sempre estiveram presentes de forma indireta em outros estudos e pesquisas ao longo da minha trajetória acadêmica e de forma direta na minha vida. São reflexões de um estudo que surgem em meio a várias inquietações no contexto de pandemia, esse fenômeno que nos desequilibra, provoca alterações nos modos de vida, traz à tona questões, revisões e muitas interrogações.

Até o presente momento, temos 222.775² mortes no Brasil pela Covid-19. Como pensar a infância nesse contexto? Como as crianças estão sendo afetadas por todos esses acontecimentos? Todas as crianças são afetadas do mesmo modo? São questões impossíveis de responder em um ensaio de poucas páginas, mas são as que me movem à reflexão objetivada para esse trabalho.

Os raciocínios apresentados nesse trabalho buscam traçar um panorama de algumas das principais questões que envolvem as diferentes infâncias no Brasil em tempos de pandemia. Isso acontece a partir de fatos envolvendo crianças, que marcaram o contexto brasileiro no ano de 2020, e buscando analisar a situação da classe trabalhadora e o quanto as mudanças geradas nas vidas dos adultos também impactaram a vida das crianças. Assim, apontamos a necessidade da escuta das crianças para compreendermos os seus desejos, sentimentos e perspectivas no atual contexto.

2 INFÂNCIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Refletir sobre a infância requer pensar as infâncias, no plural, pois compreendemos que não dá para homogeneizar sujeitos de realidades tão distintas: indígenas, moradores de rua, quilombolas, imigrantes etc. No tempo atual, é urgente buscarmos caminhos que nos auxiliem a pensarmos formas de cuidado e proteção da infância, como destaca Estatuto da Criança e Adolescente (Brasil, 1990):

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I1GsnqScCBQ>

² Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/29/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-29-de-janeiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> Acesso em: 29.01.2021



Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Em termos legislativos, essas conquistas reconhecem as crianças enquanto sujeitos de direitos, o que representa um resultado de lutas de movimentos sociais, especialmente o movimento de mulheres no Brasil pelo direito das crianças ao atendimento em creches, no final dos anos 70 e início dos anos 80, (Campos, 1988; Hart, s/d; Rosemberg, 1984) e o movimento dos meninos e meninas de rua da década de 80³.

A reflexão a partir do ECA é fundamental no atual contexto de pandemia, pois tem-se destacado, nos noticiários, as situações de violência em que crianças estão sofrendo. A condição de isolamento fez com que os números das diferentes violências eclodissem. Ou seja, é importante destacar que quando pensamos em violência, ela não se resume a um único modelo.

Um relatório da organização não governamental (ONG) World Vision estima que até 85 milhões de crianças e adolescentes, entre 2 e 17 anos, poderão se somar às vítimas de violência física, emocional e sexual nos próximos três meses em todo o planeta. O número representa um aumento que pode variar de 20% a 32% da média anual das estatísticas oficiais. O confinamento em casa, essencial para conter a pandemia do novo coronavírus, acaba expondo essa população a uma maior incidência de violência doméstica.

O levantamento da ONG incluiu a revisão de indicadores emergentes de violência contra crianças, como relatórios de aumento de violência doméstica, crescimento do número de denúncias por telefone, informações dos escritórios de campo e estimativas feitas com base em epidemias anteriores. No caso do Brasil, a projeção é de um aumento de 18% no volume de denúncias de violência doméstica. Esse aumento deve chegar a 75% no Chile, 50% no Líbano e 21,5% nos Estados Unidos. (Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/violencia-contra-criancas-pode-crescer-32-durante-pandemia> Acesso em 20.09.20)

No Brasil, dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) apresentados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos destacam que:

Dos 159 mil registros feitos pelo Disque Direitos Humanos ao longo de 2019, 86,8 mil são de violações de direitos de crianças ou adolescentes, um aumento de quase 14% em relação a 2018. O levantamento da ONDH permitiu identificar que a violência sexual acontece, em 73% dos casos, na casa da própria vítima ou do suspeito, mas é cometida por pai ou padrasto em 40% das denúncias.

³ Este movimento começou a existir em 1982 e se constituiu como uma entidade civil independente em 1985, tendo atualmente 5 sedes regionais espalhadas pelas principais Capitais do País. Este Movimento não presta atendimento direto aos menores, mas procura mobilizar os próprios menores, os técnicos, os educadores de rua, os diretores, os funcionários de instituições, enfim todos os que estão envolvidos com este segmento da população brasileira. Dentro desta perspectiva de mobilização, o Movimento não está atrelado à Igreja e nem ao Estado, tendo garantida sua independência financeira por subsídios de 3 entidades internacionais (entre elas, a UNICEF).

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000100007 Acesso em: 28.01.2021



O suspeito é do sexo masculino em 87% dos registros e, igualmente, de idade adulta, entre 25 e 40 anos, para 62% dos casos. A vítima é adolescente, entre 12 e 17 anos, do sexo feminino em 46% das denúncias recebidas. (<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes> Acesso em 20.09.20)

No Brasil, um dos casos de maior repercussão foi o da menina que vinha sofrendo abusos pelo tio desde os 6 anos de idade. Um caso que evidencia outros tipos de violência: divulgação do nome, deslocamentos, culpabilização social pela gravidez, mudança de endereço e identidade⁴.

Apesar do último fato citado ser relativamente recente, as crianças nos tempos de pandemia sofrem violência desde o seu início, seja pelo isolamento social (afastamentos de avós, primos, pais - há vários pais e mães que precisaram se afastar dos filhos para trabalharem), seja pela o fato de terem sido identificadas como transmissoras em potencial do COVID 19 (fato que gerou nelas o medo), seja pelas perdas econômicas das famílias (uma das consequências aumento do trabalho infantil), evasão escolar e perdas de vidas de familiares (muitas crianças órfãs). Além disso, nesse contexto de pandemia, a morte da população idosa tem sido maior e isso significa subtrair vínculos afetivos e histórias familiares. Dados do Ministério da Saúde indicam que, até 2 de janeiro de 2021, pelo menos 142.049 idosos faleceram por Covid-19 no Brasil⁵. No caso das crianças indígenas, por exemplo, um fator agravante é a ausência da referência viva de ancestralidade e lideranças comunitárias, pois os idosos exercem um papel fundamental na organicidade e funcionamento das aldeias nessas populações: são fonte de sabedoria e conhecimento⁶. Segundo o Relatório da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil⁷:

A perda de anciões, nossos guardiões da memória e da cultura indígena, afeta fortemente a preservação dos povos indígenas e seus modos de vida. Os anciões são pessoas de grande autoridade no território, advinda de sua experiência de vida e luta, e guardam os conhecimentos ancestrais, línguas nativas e ritos tradicionais.

Por isso, o Emergência Indígena criou o Memorial da Vida Indígena, em parceria com os projetos “Inumeráveis” e “Memorial Vagalumes”, para prestarmos homenagens aos guardiões da memória e da luta indígena e ressignificarmos suas histórias para aqueles que ficam (Apib, 2020, p. 73).

⁴ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-15/estuprada-desde-os-6-gravida-aos-10-anos-e-num-limbo-inexplicavel-a-espera-por-um-aborto-legal.html> Acesso em: 20.09.20

Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/08/21/funcionaria-de-hospital-diz-que-menina-de-10-anos-gostou-de-estupro-do-tio-e-causa-revolta-na-web-fui-infeliz.ghtml> Acesso em: 20.09.20

⁵ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/coronavirus-matou-142-mil-idosos-no-brasil-conheca-situacao-de-5-paises/> Acesso em 28.01.2021

⁶ Até 28 de janeiro de 2021, já havia 940 indígenas falecidos, vítimas da Covid-19. Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/relatorio/> Acesso em: 28.01.2021

⁷ “ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB) foi criada pelo movimento indígena no Acampamento Terra Livre de 2005. O ATL é a nossa mobilização nacional, realizada todo ano, a partir de 2004, para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações. A Apib é uma instância de referência nacional do movimento indígena no Brasil, criada de baixo pra cima.” (Apib, 2020, p. 69) Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/relatorio/> Acesso em: 28.01.2021



Um outro fator que é necessário considerar sobre a morte dos idosos é que ela significa, para algumas crianças, perder a segurança, proteção e garantia de suprimento das suas necessidades básicas, pois sabemos que muitas famílias são mantidas pela renda dos idosos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que “10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave”⁸. Uma pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE) mostra que,

De acordo com o levantamento, 24,9% dos domicílios no Brasil têm pessoas de 60 e mais anos que contribuem com mais de 50% da renda domiciliar, com aposentadorias, pensões, rendimento do trabalho ou de outro tipo. Isso significa que 24,9% dos domicílios teriam mais de 50% da renda afetada pela ausência dos familiares mais velhos (DIEESE, 2020, p.3).

As desigualdades sociais nunca estiveram tão destacadas como agora. A pandemia escancarou os abismos já existentes e demonstra como o Brasil é perdulário e constrói políticas públicas que, na verdade, não atendem às realidades dos sujeitos, por insistir na homogeneidade e desconsiderar as diversidades em nome de uma lógica que naturaliza hierarquias as quais escolhem, selecionam e classificam. Dados mais recentes indicam que o Brasil tem atualmente 14 milhões de pessoas desempregadas: isso significa aumento das desigualdades e piora da qualidade de vida da classe trabalhadora⁹.

Sérgio Queiroz (Secretário Especial de Desenvolvimento social, Ministério da Cidadania), durante o Congresso Digital do ECA, realizado no período de 13 a 14.07.2020, apontou para “mais de 65 milhões de pessoas na renda emergencial” (um total de mais de 130 milhões de pessoas atendidas, considerando número de pessoas por família), o que representa mais da metade da população brasileira. Isso é um grande avanço que nos prepara para políticas posteriores¹⁰. Essa é uma fala que causa estranhamento e preocupação, pois demonstra o quanto a população brasileira retrocedeu nas condições econômicas, perdas de trabalho etc.

Esse dado evidencia as desigualdades sociais do Brasil e, conseqüentemente, o quanto as crianças estão cada vez mais vulneráveis, pois a partir do momento em que os responsáveis por essas crianças perdem empregos, sua qualidade de vida é afetada. Precisamos de políticas públicas sérias que garantam os direitos da classe trabalhadora, pois a retirada de direitos coloca esses sujeitos em situação de vulnerabilidade.

O vírus não respeita as divisões de países, não pede licença, não solicita ‘visto’ e aparentemente não respeita a divisão de classe, gênero ou raça. Ao mesmo tempo, ele escancara as mazelas do mundo capitalista. Evidencia a perversidade do avanço do neoliberalismo na saúde pública, mostra que até os países do ‘primeiro mundo’ cortaram verbas e os sistemas de saúde colapsam. Eles são

⁸ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave#:~:text=A%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20grave%20esteve,84%2C9%20milh%C3%B5es%20de%20pe-soas>. Acesso em: 02.11.20

⁹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 29.01.2021

¹⁰ Disponível em: <https://youtu.be/1UVUAQxA4Og> Acesso em: 10.09.2020



o exemplo a não seguir, ninguém mais quer ser como a Itália ou a Espanha, ou ainda os EUA, afinal a situação nesses países se demonstra caótica. A partir desse quadro aparece um clamor dentro da ala progressista no mundo. A esperança é que a pandemia ensine que o investimento em saúde pública, em ciência/educação são o melhor caminho. Surge esperança no meio das cinzas, acreditam que a crise vai criar as condições para a mudança. É como se o povo não precisasse fazer nada: apenas esperar e o novo mundo vai surgir, assim, do nada. Cresce a 'fé' de que o Estado vai fazer sua parte, vai finalmente ser Coronavírus, educação e a luta de classes no Brasil o nosso protetor. Entretanto, o tempo passa, e com ele a solução da mudança 'de cima para baixo' vai se desfazendo. O vírus não escolhe seus hospedeiros baseado nas divisões de classe, raça, mas os governos e capitalistas cumprem essa missão: expõem os mais pobres, a população negra ao trabalho e resguardam os mais ricos em suas casas. (Soares, 2000, p. 5-6).

Essas desigualdades também estão presentes na cobertura midiática para as inúmeras e diferentes formas de aglomerações. Há uma exposição excessiva das festas que ocorrem em bairros periféricos, porém, não se diz do que acontecem nos condomínios de luxo, nos hotéis, nos bairros de elite. Aprofundar

A normalidade da exceção. A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980— à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro, o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anómala. [...] O objectivo da crise permanente é não ser resolvida. Mas qual é o objectivo deste objectivo? Basicamente, são dois: legitimar a escandalosa concentração de riqueza e boicotar medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica. Assim temos vivido nos últimos quarenta anos. Por isso, a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita (Santos, 2020, p. 5-6).

Assim, é nesse contexto que vimos diariamente as desigualdades sociais tornarem-se cada vez mais evidentes, seja no tratamento hospitalar¹¹, na pressão de retorno ao trabalho como forma de garantir a lucratividade dos empresários ou no ensino remoto, que não contempla grande parte da população.

Consideraremos, para fins das discussões desta nota técnica, as estimativas aqui reportadas com base em dados de 2018 como válidas para 2020. Tais estimativas remetem, no total, a cerca de 6 milhões de estudantes sem acesso domiciliar à internet em banda larga ou 3G/4G e que, por conseguinte, não teriam como atender em casa a atividades remotas de ensino-aprendizagem. Se implementada da pré-escola à pós-graduação, a política pública a ser discutida nesta nota técnica

¹¹ O presidente dos Estados Unidos, por exemplo, recebeu um tratamento diferenciado da Covid <https://exame.com/ciencia/tratamento-contr-a-covid-19-usado-por-trump-veio-de-celulas-de-aborto/>

“O tratamento para coronavírus aplicado ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump – que foi internado por três dias, viajou de ambulância e helicóptero, fez vários testes para o vírus, recebeu oxigênio, esteroides e um tratamento experimental com anticorpos – custaria mais de 100.000 dólares no sistema de saúde americano, o equivalente a cerca de 560.000 reais.”

Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/mundo/tratamento-de-trump-para-covid-custaria-us-100-000-para-americanos-comuns/>



seria destinada aos 5,8 milhões deles matriculados em estabelecimentos públicos de ensino. Antes de discutir a viabilidade e a efetividade de uma política de distribuição de tecnologias para acesso ao ensino remoto a esses estudantes, importa traçar um perfil dessas pessoas. [...]. A falta de acesso é mais marcante no meio rural do que no meio urbano, mais no interior do que nas capitais, mais entre pessoas negras do que entre as brancas e muito mais entre estudantes de baixa renda (Nascimento, 2020, p. 9).

Em relação ao acesso às novas tecnologias da informação e comunicação, especialmente ao computador e ao celular, é importante destacar que, no atual contexto, eles se transformaram em instrumento de estudo e, nesse caso, perderam o status do instrumento de lazer, como acontecia antes da pandemia. Depois da escola, chegava-se em casa e, nos finais de semana, as crianças passavam o tempo em frente a estas ferramentas. Vale questionar qual é o lugar do lazer e das brincadeiras na vida das crianças em tempos de pandemia. Do que brincam? Qual a frequência das brincadeiras? Quem são os pares? As tecnologias estão presentes como fonte de brincadeira? Não podemos esquecer que as tecnologias também promovem e geram situações de violências, por exemplo, as exposições de imagens de crianças em situações de constrangimentos¹², imagens de abusos sexuais, propagandas que incentivam a busca por um padrão estético perfeito, incentivo do consumo de produtos nocivos à saúde¹³ etc. Talvez uma das necessidades desse tempo seja nos questionarmos sobre as tecnologias e a relação que temos estabelecido com essa produção humana. Segundo Mia Couto (2011, p. 44), “[...] mais do que uma geração tecnicamente capaz, nós precisamos de uma geração capaz de questionar a técnica [...] Mais do que gente preparada para dar respostas, necessitamos de capacidade para fazer perguntas.” Essa capacidade de fazer perguntas fará com que não nos acomodemos e naturalizemos os fatos cotidianos e as diferentes formas de violência a que somos submetidos, principalmente as crianças. A capacidade de fazer perguntas é libertadora, pois demonstra que pensamos e problematizamos a realidade em que vivemos e que conseguimos e/ou buscamos ver além do que nos é mostrado, principalmente, nas diferentes mídias. É saber ler o mundo, ler a vida, pois, segundo Mia Couto:

[...] a ideia de leitura aplica-se a um vasto universo. Nós lemos emoções nos rostos das pessoas, lemos o chão, lemos o Mundo, lemos a Vida. Tudo pode ser página. Depende apenas da intenção de descoberta do nosso olhar. Queixamo-nos de que as pessoas não lêem livros. [...] o déficit é muito mais geral. Não sabemos ler o mundo, não lemos os outros.

[...] Mais do que saber ler, será que sabemos, ainda hoje, contar histórias? Ou sabemos simplesmente escutar histórias onde nos parece reinar apenas silêncio? (Couto, 2011, p. 103)

¹² Um exemplo disso foi o anúncio do namoro de um influenciador digital de 19 anos com uma menina de 13 anos. Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2020/10/28/opovo.com.br/noticias/brasil/2020/10/28/tiktokker-de-19-anos-assumir-namoro-com-menina-de-13-anos-pode-ser-crime--entenda.html> Acesso em: 28.01.2021

¹³ Sugiro os filmes: **Criança a alma do negócio**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ur9lIf4RaZ4&t=369s> Acesso em: 28.01.2021

Muito além do peso

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8UGe5GiHCT4> Acesso em: 28.01.2021



É um convite à inquietação, à tomada de consciência da realidade social em que estamos inseridos, à mobilização de ações pela vida e para que nos indignemos frente às violências diárias sofridas pelas crianças.

Um outro caso de grande repercussão que exemplifica violência da negligência do cuidado de crianças foi o do menino Miguel, que no dia 02 de junho, “caiu do 9º andar do edifício Pier Maurício de Nassau, no bairro de Santo Antônio, no Centro do Recife¹⁴”. Esse fato evidencia um retrato de uma sociedade ainda regida pelas regras e lógica de uma sociedade escravocrata, uma relação na qual a classe rica compele a população negra, pobre e trabalhadora à submissão aos mandos do patrão, negando a sua existência enquanto seres humanos. No episódio relatado, nos chama a atenção o fato de, em pleno início de pandemia e de isolamento social, a mãe da criança ser obrigada a ir trabalhar e, quando houve o ato, ela havia saído para passear com o cachorro da família, deixando o filho aos cuidados da patroa, que a negligenciou.

Há outros dados que evidenciam as situações de violência contra as infâncias:

Uma estimativa destacada pela World Vision, em seu relatório, é o aumento do número de casamentos forçados de crianças e adolescentes, que podem envolver 13 milhões de vítimas na próxima década, uma boa parte (4 milhões) nos próximos dois anos, como reflexo direto da pandemia. Segundo o relatório, os casamentos precoces de meninas adolescentes ‘podem ser percebidas pelos pais ou cuidadores como forma de reduzir encargos domésticos, ou um meio de obter renda ou obter empréstimos através de economias informais baseadas no dote’.

Um relatório recente da Europol, a Polícia Europeia, mostra que a demanda por conteúdo pornográfico envolvendo crianças e adolescentes aumentou durante a pandemia da covid-19. Dados compilados de outras partes do mundo, como Índia, Filipinas, Tailândia e Camboja também apontam o mesmo aumento¹⁵.

Um outro dado também preocupante nesse contexto é a interrupção das campanhas de vacinação, que é uma medida de proteção, porém gera outros problemas graves de saúde, inclusive a morte de crianças, conforme informou a Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Gavi Alliance em 22.05.2020

A pandemia está interrompendo os serviços de imunização que salvam vidas em todo o mundo, colocando milhões de crianças em risco de doenças como difteria, sarampo e poliomielite.

O alerta está sendo lançado nesta sexta-feira pela Organização Mundial da Saúde, UNICEF e Gavi, a aliança pela vacinação. Segundo essas entidades, a prestação de serviços de vacinação de rotina está sendo dificultada em pelo menos 68 países e deve afetar aproximadamente 80 milhões de crianças com menos de 1 ano de idade que vivem nesses países. Tal cenário pode recolocar alguns países em níveis de imunização que existiam apenas na década de 1970. ‘Mais da metade (53%) dos 129 países onde havia dados disponíveis relataram interrupções moderadas a graves, ou uma suspensão total dos serviços de vacinação durante março-abril de 2020’, indicaram as entidades.

¹⁴ Disponível em: (<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/07/03/caso-miguel-mae-de-crianca-que-caiu-de-predio-de-luxo-no-recife-tem-conta-de-rede-social-hackeada.ghtml>) Acesso em: 09.09.2020

¹⁵ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/violencia-contra-criancas-pode-crescer-32-durante-pandemia> Acesso em 20.09.20



Se campanhas de imunização forem suspensas para evitar a contaminação da covid-19, o resultado seria uma morte ainda maior por parte das doenças que, hoje, podem ser evitadas pelas vacinas. Segundo a OMS, as campanhas de vacinação contra sarampo e poliomielite, em particular, foram muito afetadas, com campanhas contra sarampo suspensas em 27 países e campanhas contra a pólio suspensas em 38 países. Pelo menos 24 milhões de pessoas em 21 países de baixa renda estão em risco de falhar nas vacinas contra a pólio, sarampo, febre amarela, cólera, rotavírus, HPV, meningite A e rubéola devido ao adiamento de campanhas e introdução de novas vacinas¹⁶.

A violência contra crianças também foi tema do Congresso Digital do ECA, realizado em julho de 2020:

30 anos do ECA: Primeiro dia de Congresso Digital discute impactos da Covid-19 na vida de crianças e adolescentes.

Avanço da violência, crescimento do índice de evasão escolar e aumento de casos de trabalho infantil são alguns dos impactos que podem resultar da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Essa foi a avaliação do representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) no primeiro dia do Congresso Digital 30 anos do ECA, nesta segunda-feira (13.07.20)¹⁷.

O Presidente da Comissão da Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP - apresentou os seguintes dados: “262 milhões de crianças fora da escola; 650 milhões de meninas em mulheres que se casarão antes da maior idade civil; 1 entre 4 crianças viverá em áreas com recursos hídricos limitados até 2040”¹⁸.

Esse momento demanda de nós um maior conhecimento dos instrumentos legais de proteção da criança, como o Estatuto da Criança e Adolescente e as ações da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Segundo Aquino (2020)¹⁹:

Uma lei por si só não muda a realidade. É a implantação dessa lei, é a ação a partir dessa lei, o conhecimento da população em relação a lei para que possa cobrar as medidas cabíveis, a participação no sentido que se possa fazer com que isso se aplique sempre faz a lei virar uma política efetiva.

Precisamos denunciar os casos de violência. É importante destacar que antes da pandemia, geralmente, a escola era o espaço onde as situações de violências domésticas eram evidenciadas

¹⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/05/22/pandemia-ameaca-deixar-80-milhoes-de-criancas-sem-vacinacao-alerta-oms.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 10.09.2020

¹⁷ “A afirmação foi feita pelo secretário nacional de direitos da criança e adolescente, Maurício Cunha, enquanto ele analisava os reflexos da transmissão da doença na vida de crianças e adolescentes brasileiros.”

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/julho/30-anos-do-eca-primeiro-dia-de-congresso-digital-discute-impactos-da-covid-19-na-vida-de-criancas-e-adolescentes> Acesso em: 10.09.20

¹⁸ Vídeo Disponível em: <https://youtu.be/1UVUAQxA4Og> Acesso em: 10.09.20

¹⁹ Fala na Live Infância e Violência em Tempos de Pandemia, realizada no dia 25 de setembro de 2020, promovida pelo grupo de Pesquisa Culturas, Políticas, Mídia e Cotidiano (CPMC) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1GsnqSccBQ> Acesso em: 26.09.2020



e denunciadas, mas hoje se faz necessário que vizinhos e até mesmo outros membros da família assumam esse papel, pois acreditamos que a abertura de escolas não é segura enquanto não efetivarmos o processo de vacinação e que seja apresentada melhoria significativa do quadro da pandemia. Como destaca Adriana Souza,

Mesmo com todo o debate promovido sobre as relações violentas no contexto familiar, estas ainda permanecem na invisibilidade, pois o privado possibilita que seu cotidiano permaneça invisível [...] sabemos que os crimes em família acontecem cotidianamente, em forma de coações, ameaças, agressões e até assassinatos (Souza, 2013, p. 70).

As crianças estão cada vez mais expostas a “situações de vulnerabilidade, abandono, negligência, trabalho infantil, abuso sexual, dependência de álcool. A destituição de direito está relacionada a gênero, raça e condições sociais” (Santos, 2000)²⁰.

Acima de tudo, nesse contexto, precisamos ouvir as crianças. O que elas estão sentindo? Qual a sua participação nas decisões e organizações familiares? Como pensam, por exemplo, o retorno as aulas? É necessário acolher e dialogar com seus dizeres, reivindicações e sugestões. Permitir e promover o brincar é uma forma de cuidado e proteção das crianças, assim como permitir o choro e outras formas de expressão dos sentimentos de meninas e meninos. É preciso elogiar e acolher mais as crianças, especialmente as crianças negras, pois

[...] Se a infância luta por se afirmar e sair da invisibilidade a que foi relegada, há, entretanto, corpos de crianças mais invisibilizados e inferiorizados, vítimas de preconceitos históricos. As lutas para superar inferiorizações preconceituosas contra sua classe, seu gênero, sua etnia e sua raça são bem mais complexas. [...] (Arroyo, 2012, p.13).

Assim, compreendemos que o acolhimento e a amorosidade das crianças negras é uma forma de protegê-las e fortalecer a sua autoestima enquanto sujeito da própria história, segundo Bell Hooks:

O amor precisa estar presente na vida de todas as mulheres negras, em todas as nossas casas. É a falta de amor que tem criado tantas dificuldades em nossas vidas, na garantia da nossa sobrevivência. Quando nos amamos, desejamos viver plenamente. Mas quando as pessoas falam sobre a vida das mulheres negras, raramente se preocupam em garantir mudanças na sociedade que nos permitam viver plenamente.

[...] É preciso criar condições para viver plenamente. E para viver plenamente as mulheres negras não podem mais negar sua necessidade de conhecer o amor (Hooks, 2010, s/p).

Nesse sentido, compreendemos que as relações estabelecidas com amorosidade na infância contribuem para que as crianças negras rompam o estereótipo de que, para ser forte, devemos esconder nossos sentimentos e gestos de amabilidade. Manter o controle nos fragiliza,

²⁰ Fala na Live Infância e Violência em Tempos de Pandemia, realizada no dia 25 de setembro de 2020, promovida pelo grupo de Pesquisa Culturas, Políticas, Mídia e Cotidiano (CPMC) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)



pois nos tornamos vulneráveis e emocionalmente instáveis. Acredito que há várias alternativas de cuidado e proteção das crianças na pandemia e, conseqüentemente, maneiras de evitarmos as situações de violência, como por exemplo ampliar a rede de assistência e proteção à infância, denunciar a violência e punir os culpados.

Uma das coisas que me chamou a atenção no Congresso digital de 30 anos do ECA foi o reforço da ideia de que as crianças são o futuro, mas ao mesmo tempo aparentam esquecer que precisam de cuidado no momento presente, ou seja, o que essa criança precisa no momento presente para desenvolver com segurança emocional e física.

Estudos da infância têm defendido que a infância seja reconhecida como grupo específico que produz e reproduz a vida social. Com características diferentes das dos adultos, as crianças, mesmo pequenas, são sujeitos ativos e competentes, cujas ideias e ações permeiam seus contextos sociais e as relações neles estabelecidas. Elas fazem parte de um mundo social, são influenciadas por ele e, ao mesmo tempo, o influenciam. Criam significados e vão dispor de 'suas representações e crenças em sistemas organizados, isto é, em culturas' (SARMENTO; PINTO, 1997, p.20). Em outras palavras, as crianças são seres históricos, sociais, que estabelecem relações com outras crianças e com adultos, como pessoas que participam da sociedade, ainda que de forma limitada, e são influenciadas por eventos políticos, econômicos, culturais, tecnológicos, dentre outros. Romper com o paternalismo, com a tradicional concepção de criança universal, paradigmas que reforçam a imagem da infância vulnerável e imatura e que, assim, constituem instrumentos de invisibilização de meninos e meninas concretas e contextualizadas, e reconhecer a infância como categoria geracional vai permitir compreendê-la como parte da estrutura social, integrada e comparável com outros segmentos dessa estrutura (QVORTRUP, 2010) [...] (Nascimento, 2018, p. 13).

A pandemia torna visível pessoas e suas histórias de vida até então colocadas à margem da história social, numa invisibilidade pertinente ao sistema capitalista. Segundo Santos (2020, p. 8-9):

os Médicos Sem Fronteiras estão a alertar para a extrema vulnerabilidade ao vírus por parte dos muitos milhares de refugiados e imigrantes detidos nos campos de internamento na Grécia. Num desses campos (campo de Moria), há uma torneira de água para 1300 pessoas e falta sabão. Os internados não podem viver senão colados uns aos outros. Famílias de cinco ou seis pessoas dormem num espaço com menos de três metros quadrados. Isto também é Europa – a Europa invisível. Como estas condições prevalecem igualmente na fronteira sul dos EUA, também aí está a América invisível. E as zonas de invisibilidade poderão multiplicar-se em muitas outras regiões do mundo, e talvez mesmo aqui, bem perto de cada um de nós. Talvez baste abrir a janela.

Acredito que um dos principais fatores da violência está relacionado ao patriarcado, pois

[...] o patriarcado induz a ideia de estar moribundo ou enfraquecido em virtude das vitórias significativas dos movimentos feministas nas últimas décadas, mas, de facto, a violência doméstica, a discriminação sexista e o feminicídio não cessam de aumentar (Santos, 2020, p. 12).



Além da restrição social imposta pela pandemia, devemos pensar que as meninas, principalmente das camadas sociais menos favorecidas, dividem com as mulheres da família a responsabilidade pelas atividades domésticas (isso quando não assumem essas atividades sozinhas). Uma das características da sociedade machista patriarcal é atribuir a administração da rotina da casa como papel principal da mulher, o que tem gerado mais stress e adoecimento das mulheres nesse contexto²¹.

Também precisamos pensar sobre o necessário fechamento das escolas, pois, para além da questão financeira, da aprovação ou não de crianças, o fechamento das escolas trouxe para as crianças a privação de relações com colegas, professoras e professores, bem como de outras interações que as crianças estabelecem com outros sujeitos da escola: merendeiro(a), porteiro(a), zelador(a), diretor(a) etc. Esse fato provoca também reflexões sobre as crianças que não têm uma boa relação com a escola em função das várias formas de violência que sofrem no cotidiano desses espaços, pois a escola constrói e reforça discriminações em função das diferenças sociais, de raça, gênero, orientações sexuais, regionais etc.

O discurso de que a educação iria superar as desigualdades remete ao Império (Noronha, 2004) e, como elucida Ivana Jinkings (2005, p. 14)²², “[...] o deslocamento dos processos de exclusão não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela, por meio das instituições de educação formal.” Nesse sentido, Mészáros (2005, p. 45) destaca que “[...] uma das funções principais da educação formal nas sociedades é produzir tanta conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus limites institucionalizados e legalmente sancionados [...]” Há nesse processo uma negação das diferenças²³, de maneira que as crianças são tratadas de forma homogênea. Nessa perspectiva, será que realmente todas as crianças sentem falta da escola? Estão achando ruim não ir à escola? Estas são algumas questões que demandam de nós, adultos, a escuta das falas das crianças. Além disso, é importante lembrar que não poder ir à escola significa, para muitas crianças, também serem privadas de uma ou duas refeições diárias.

Para combater essa situação, que políticas públicas têm sido elaboradas pelo governo brasileiro para a classe trabalhadora a curto, médio e longo prazo? O auxílio emergencial não é suficiente para o cenário apresentado, principalmente da forma que esse tem sido executado: acesso a um sistema digital ao qual, por várias vezes, foram notificadas dificuldades de acesso,

²¹ Disponível em: <https://br.linkedin.com/news/story/pandemia-afeta-mais-produtividade-de-profissionais-m%C3%A3es-5261178/> Acesso em 01.11.2020

<https://valor.globo.com/carreira/noticia/2020/07/14/desigualdade-de-genero-impacta-produtividade-na-pandemia.ghtml> Acesso em:

²² Prefácio da obra: Mészáros, István (1994). *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. – São Paulo: Boitempo, 2005.

²³ O que são diferenças e como lidar com elas? A questão é que aquilo com o qual fomos equipados como sujeitos para lidar com as coisas e com o mundo, como a percepção e a consciência, por exemplo, tem sido completamente insuficiente para enfrentar a diferença. Desse modo, propostas como tolerância, paciência e consciência têm sido ineficazes. Sob o manto da diversidade, o reconhecimento das várias identidades e/ou culturas vem sob a égide da tolerância, tão em voga, já que pedir tolerância ainda significa manter intactas as hierarquias do que é considerado hegemônico. Além disso, a diversidade é a palavra-chave da possibilidade de ampliar o campo do capital que penetra cada vez mais em subjetividades antes intactas. (Abramowicz, 2013, p. 10).



aglomerações de filas em bancos, redução do valor pago, pessoas que não conseguiram receber outras parcelas etc. Além disso, como destaca Ligia Aquino (2020)²⁴:

[...] Com o desemprego, com a ausência de políticas públicas efetivas para a manutenção das condições de vida das pessoas, o auxílio emergencial demorou a vir e como isso levou o agravamento da condição das famílias, Os países que criaram políticas públicas efetivas para esse enfrentamento não só pensaram em medidas como auxílio emergencial para a população de baixa renda, mas, a princípio para todos e, inclusive, pensando medidas para os pequenos comerciantes, produtores que em geral geram trabalho e emprego para grande parte da população.

Segundo Boaventura Santos:

Na presente crise humanitária, os governos de extrema-direita ou de direita neoliberal falharam mais do que os outros na luta contra a pandemia. Ocultaram informação, desprestigiaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia, utilizaram a crise humanitária para chicana política. Sob o pretexto de salvar a economia, correram riscos irresponsáveis pelos quais, esperamos, serão responsabilizados. Deram a entender que uma dose de darwinismo social seria benéfica: a eliminação de parte das populações que já não interessam à economia, nem como trabalhadores nem como consumidores, ou seja, populações descartáveis como se a economia pudesse prosperar sobre uma pilha de cadáveres ou de corpos desprovidos de qualquer rendimento. Os exemplos mais marcantes são a Inglaterra, os EUA, o Brasil, a Índia, as Filipinas e a Tailândia (Santos, 2020, p. 23).

Acredito que há políticas públicas alternativas que tragam melhores condições de vida para as pessoas menos favorecidas nesse momento, por exemplo, aumento do valor do auxílio emergencial e bancar a sua manutenção enquanto ainda existir o período de agravamento da pandemia, ampliação da realização de testes da Covid-19, investimento em moradia, saneamento básico, serviço público de acesso à internet, investimento na agricultura familiar e distribuição regular de alimentos e, principalmente, manutenção e efetivação dos direitos conquistados por meio das lutas dos diferentes movimentos sociais: mulheres, negro, indígena, quilombola, LGBTQI, pessoas com deficiência entre outros. É fundamental para o governo “[...] reconhecer que a pobreza e a miséria social produzem sofrimento, que o sofrimento existe e é uma experiência vivida pela infância [...]” (Arroyo, 2015, p. 43). No nosso atual cenário, o que tem se evidenciado é a falta de interesse do governo na questão. A sua prioridade é garantir, proteger e fortalecer o patrimônio dos ricos, que são o menor percentual da população²⁵, em detrimento da retirada de

²⁴ Fala na Live Infância e Violência em Tempos de Pandemia realizada no dia 25 de setembro de 2020, promovida pelo grupo de Pesquisa Culturas, Políticas, Mídia e Cotidiano (CPMC) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

²⁵ Bilionários do mundo têm mais riqueza do que 60% da população mundial (19.01.20)

Disponível em: https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/?gclid=CjwKCAiA-f78BRBbEiwATKRRBK3oPVzIlopERnp1Ludqa-IShqmYtEjFb7RSTY71PTvOW9H35ma0gxoCHEQQAvD_BwE Acesso em: 02.11.2020

10% mais ricos ficam com 43% da renda nacional, diz IBGE (06.05.20)



direitos da classe trabalhadora, da permissividade da destruição das florestas e de privatizações dos serviços públicos. Aqui, vale destacar a recente investida do governo brasileiro, por meio do Decreto 10.530, de 26 de outubro de 2020²⁶, em privatizar o Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo.

Segundo Santos:

A ideia conservadora de que não há alternativa ao modo de vida imposto pelo hipercapitalismo em que vivemos cai por terra. Mostra-se que só não há alternativas porque o sistema político democrático foi levado a deixar de discutir as alternativas. Como foram expulsas do sistema político, as alternativas irão entrar cada vez mais frequentemente na vida dos cidadãos pela porta dos fundos das crises pandêmicas, dos desastres ambientais e dos colapsos financeiros. Ou seja, as alternativas voltarão da pior maneira possível (Santos, 2020, p. 6).

As alternativas mencionadas pelo autor são evidenciadas em vários momentos e de várias formas, como: reconhecimento da não necessidade de consumir determinados produtos, possibilidades de fabricarmos nosso próprio alimento, investimentos e fortalecimentos da agricultura familiar, entre outros. Porém, precisamos ficar atentos ao movimento de solidariedade, tão explorada em diferentes lives, e presente no discurso do governo, que transfere para a população a responsabilidade da crise.

Nesse contexto, é fundamental que a classe trabalhadora também encontre caminhos e alternativas de organização e fortalecimento dos movimentos sociais, bem como construa coletivamente um movimento em defesa dos direitos e proteção das crianças.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas apontam uma diversidade de fatores que envolvem a vida das crianças no atual contexto de pandemia e que demandam cada vez mais a garantia dos direitos conquistados e expressos no Estatuto da Criança e Adolescente, bem como a elaboração de políticas públicas emergenciais sérias, que proporcionem proteção e segurança para as pessoas que estão nos grupos de vulnerabilidade social a curto, médio e longo prazo. Vale destacar que o pós-pandemia já vislumbra um problema grave de saúde pública, o qual afeta as demais áreas da sociedade: as pessoas que ficarem com sequelas pela Covid-19²⁷. Precisamos avançar nos estudos e pesquisa sobre essas pessoas.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/10-mais-ricos-ficam-com-43-da-renda-nacional-diz-ibge.shtml> Acesso em 02.11.20

²⁶ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.530-de-26-de-outubro-de-2020-284999568> e <https://catracalivre.com.br/cidadania/web-ataca-decreto-de-bolsonaro-que-permite-privatizar-o-sus/> Acesso em:28.01.21

²⁷ “OMS faz alerta sobre sequelas de longo prazo da Covid” <https://globoplay.globo.com/v/8985079/> Acesso em 02.11.20



Assim, fica evidente que nem todos estamos no mesmo barco e que a pandemia afeta de modo diferenciado as crianças, haja vista que pensar as “infâncias”, no plural, leva à reflexão de que elas são afetadas a partir dos diferentes marcadores de classe, raça, gênero, território, etc., e ainda, como foi destacado no texto: existem fatores que afetam esta vivência e as experiências das crianças neste período tão peculiar da história da humanidade – fatores relacionados às dimensões afetivas/emocionais.

REFERÊNCIAS

- Abramowicz, A. & Vandebroek, M. (2013). *Educação infantil e diferença*. Campinas, SP: Papirus.
- Articulação dos Povos Indígenas (APIB). (2020). *Relatório da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil*. Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena.
- Arroyo, M. G. (2015). A infância repõe o trabalho na agenda pedagógica. In: Arroyo, M. G.; Viella, M. A. L. & Silva, M. R. da (orgs.). *Trabalho e Infância: exercícios tensos de ser criança: Haverá espaço na agenda pedagógica?* Petrópolis, RJ: Vozes.
- Arroyo, M. G. (2012). Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional. In: Arroyo, M. G. & Silva, M. R. da (orgs.). *Corpo e Infância: exercícios tensos de ser criança (por outras pedagogias dos corpos)*. Petrópolis, RJ: Ventozes.
- Brasil. (1990). *Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 09.09.2020
- Campos, M. M. M. (1988). *Pré-escola e sociedade: determinantes históricos*. Idéias, São Paulo, n. 1, p. 22-26,.
- Couto, M. (2011). *E se Obama fosse africano? ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos. (2020) *Boletim Especial – n. 01 – 30 de abril de 2020*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial01.html> Acesso em 01.11.2020
- Hart, R. A. (2020). La participacion de Los ninos: da participação simbólica a la participacion autentica. In: *Ensayos Innocenti*, n. 4, s/d. Disponível em: <https://www.unicef-irc.org/publications/538-la-participaci%C3%B3n-de-los-ni%C3%B1os-de-la-participaci%C3%B3n-simbolica-a-la-participaci%C3%B3n.html> Acesso em: 20.10.2020
- Hooks, B. (2020). *Vivendo de Amor*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/> Acesso em 17.7.2020
- Marchi, R. C. (2011). Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. *Cadernos Pagu* (37), julho-dezembro de 2011: 387-406. Campinas: UNICAMP.



- Mészáros, I. (2005). *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. – São Paulo: Boitempo.
- Movimento nacional de meninos e meninas de rua. (1988). In: *Psicologia: Ciência e Profissão*. vol. 8 no.1 Brasília. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000100007 Acesso em: 28.01.21
- Nascimento, M. L. (2018). Estudo da infância e desafios da pesquisa: estranhamento e interdependência, complexidade e interdisciplinaridade. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, jan.-abr. 2018, - pp. 11-25.
- Nascimento, P. M. *et al.* (2020). Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. In: *Nota Técnica*, n. 88. Brasília: Ministério da Economia, IPEA.
- Noronha, O. M. (2004). *Ideologia, trabalho e educação*. Campinas, SP: editora Alínea.
- Rosemberg, F. (1984). O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 73-79
- Santos, B. S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- Soares, S. B. V. (2020) Coronavírus e a modernização conservadora da educação. In: SOARES, S. B. V. *et al.* *Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil*. Editora Terra Sem Amos: Brasil.
- Souza, A. A. de. (2013). *Vivências da violência intrafamiliar: o simbolismo dos desenhos infantis*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Brandão, I. C. de J. (2021). Infância em tempos de pandemia. *Holos* – III Dossiê COVID-19 e o mundo em tempos de pandemia. 37(3), 1-17.

SOBRE OS AUTORES

I. C. DE J. BRANDÃO

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (1997); Mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2003); Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP (2009), Pós-doutorado em Educação pela USP (2016). Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: infância, educação infantil, avaliação, políticas públicas, municipalização e estágio. Atuou como Docente no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação da UESB até novembro de 2017 e Coordena o Grupo de Pesquisa e Estudos Infância e Educação Infantil. E-mail: icjbrandao2014@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7757-9191>

Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento



Pareceristas *Ad Hoc*: LENINA SILVA E ADRIANA APARECIDA

